



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

Informação nº 161/2023 – NUREC

Brasília (DF), 28 julho de 2023.

**Processo nº:** 00600-00010405/2022-00-e

**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

**Assunto:** Denúncia

**Ementa:** Representação formulada por candidato ao cargo de Agente de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal, na categoria de pessoa com deficiência - PcD, em face de possível irregularidade na fase de avaliação médica. Decisão nº 5183/2022. Concessão de medida cautelar para manter o candidato no concurso. Decisão nº 1940/2023. Improcedência da Representação. Revogação da cautelar. Pedido de Reexame. Decisão nº 2633/2023. Restabelecimento da cautelar. Conhecimento do recurso. Nesta fase: Pelo não provimento do Pedido de Reexame.

Senhor Diretor,

Trata-se de representação formulada pelo senhor Pedro Henrique Duarte Medeiros de Brito, candidato ao cargo público de Agente de Polícia, regulado pelo Edital nº 1, de 30.06.2020, com pedido de extensão dos efeitos da medida cautelar concedida nos autos do Processo nº 00600-00009569/2022-86-e, sob a alegação de suposta irregularidade em sua eliminação do certame, por não ter sido considerado pessoa com deficiência e por ter sido reprovado na avaliação médica (peças 1 e 2).

## **I. ANTECEDENTES**

2. O Tribunal tomou conhecimento da representação e determinou à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE a apresentação de esclarecimentos acerca dos fatos (**Decisão nº 240/2022; peça 8**).

3. Posteriormente, deferiu medida cautelar para determinar à PCDF e ao CEBRASPE a reintegração do candidato no concurso público até o exame de mérito da representação objeto deste feito (**Decisão nº 5183/2022; peça 54**).

4. Após tomar conhecimento dos esclarecimentos da PCDF e do CEBRASPE, o Tribunal considerou, por maioria, improcedente a representação, por não restarem demonstradas as irregularidades aduzidas na inicial, e revogou a medida cautelar deferida pela Decisão nº 5183/2022 (**itens II e III da Decisão nº 1940/2023; peça 100**).

5. Na última apreciação do feito, o Tribunal, por maioria, tomou conhecimento do recurso protocolado pelo candidato como sendo Pedido de Reexame, na forma prevista no art. 286 do RI/TCDF, conferindo efeito suspensivo aos itens II e III da Decisão nº 1940/2023, restabelecendo, desse modo, os efeitos da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

medida cautelar deferida pela Decisão nº 5183/2022 até o julgamento de mérito da peça recursal. Na mesma Decisão, concedeu o prazo de 30 (trinta) dias para que a PCDF apresentasse contrarrazões recursais e autorizou o retorno dos autos a este Núcleo de Recursos para exame do mérito (**Decisão nº 2633/2023; peça 120**).

6. Em atenção à Decisão nº 2633/2023, a PCDF, por intermédio do Ofício nº 929/2023-PCDF/DGPC/ESPC/DGC (**peça 131**), de 14 de julho de 2023, encaminhou os Ofícios Cebraspe nºs 3251/2023 (**peça 130**) e 3019/2023 (**peça 127**) bem como documentos adicionais com o intuito de provar o cumprimento da referida decisão e a convocação do candidato para o curso de formação (**peça 128 e peça 129**).

7. Nesta oportunidade, os autos retornam a este Núcleo de Recursos para o exame de mérito do Pedido de Reexame conhecido pela Decisão nº 2633/2023.

## **II. RAZÕES RECURSAIS (peça 103)**

8. Inicialmente, alegando a presença dos pressupostos autorizadores da medida cautelar (*fumus boni iuris* e o *periculum in mora*), o Recorrente requereu a concessão de liminar para assegurar a sua matrícula no Curso de Formação do cargo de Agente da Polícia Civil do Distrito Federal e eventual nomeação, em caso de aprovação.

9. No mérito, referindo-se ao Voto do Conselheiro Revisor, apresentou argumentos com o objetivo de reformar a Decisão recorrida.

10. Primeiramente, asseverou que, na avaliação biopsicossocial, a banca examinadora não considerou o Recorrente como candidato portador de deficiência à luz do Decreto Federal nº 3.298/1999, ignorando os critérios estabelecidos no Edital do Concurso, em especial o art. 5º da Lei Distrital nº 4.317/2009 e o art. 121 da Lei Federal nº 13.146/2015.

11. De modo a demonstrar a aplicação da Lei Distrital nº 4.317/2009, apresentou documento em que o CEBRASPE considerou a referida norma como fundamento para classificar candidato como pessoa com deficiência, bem como declarações de candidatos aprovados para o cargo de Agente de Polícia da PCDF que tiveram reconhecida a condição de portadores de deficiência exclusivamente com base na legislação distrital.

12. Relativamente à não aprovação na avaliação médica, defendeu a sua aptidão e asseverou que encaminhou todos os exames e laudos em conformidade com o Edital, não havendo estes apontando qualquer problema cardiológico. Entendeu que houve equívoco da banca examinadora ao interpretar os exames e concluir pela existência de cardiopatia. Como forma de comprovar o alegado, asseverou não haver divergência de laudos e juntou ao recurso parecer obtido em clínica particular, do doutor Alexandre Anderson de Sousa Munhoz Soares, mesmo médico que compôs a banca examinadora, atestando sua plena capacidade cardiológica para ocupar o cargo pretendido.

13. Sobre o segundo ponto considerado na avaliação médica, enfatizou que a reserva de vagas para candidatos com deficiência não pode ser uma mera formalidade editalícia e o seu não cumprimento configura grave violação da legislação



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

de regência. Defendeu que sua acuidade visual não poderia ser fator determinante para a inaptidão na avaliação médica para o cargo porque o Recorrente teve sua inscrição deferida para concorrer às vagas destinadas a candidatos com deficiência justamente por apresentar deficiência relacionada à sua acuidade visual.

14. No que diz respeito à menção no Voto do Revisor ao processo judicial promovido pelo Recorrente junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, no intuito de obter medida cautelar para continuidade nas demais fases e etapas do concurso, tendo-lhe sido negado liminar por insuficiência de provas produzidas naquele momento, afirmou que antes da formação da relação processual, houve a desistência da ação, não tendo havido julgamento de mérito. Nesse sentido, enfatizou que não há que se falar em decisão de mérito, relação processual estabelecida ou exaurimento da matéria pelo Poder Judiciário.

15. Por último, noticiou a sua aprovação em todas as fases do certame, como resultado da sua reintegração pela cautelar inicialmente concedida, e, especialmente, na avaliação física, com notas e índices muito superiores ao mínimo exigido, demonstrando a sua capacidade para a realização de atividades inerentes ao cargo, *“deixando evidente o preconceito e o entendimento completamente discriminatórios para com qualquer PCD, sem fazer um juízo de valor do caso concreto”*.

16. Noticiou, ainda, a sua aprovação no concurso público para o cargo de Agente de Polícia da Polícia Civil do Estado de Goiás – PCGO, na condição de pessoa com deficiência, regido por edital similar ao concurso público para Agente de Polícia do DF. Segundo o Recorrente, a aprovação no concurso ratificaria a ilegalidade e injustiça cometidas no certame da PCDF.

### **III. ANÁLISE**

17. Conforme consta da representação (peças 1 e 2), o Recorrente requereu ao Tribunal a declaração de nulidade do ato da banca examinadora do CEBRASPE que o eliminou do concurso público para provimento do cargo de Agente de Polícia, regulado pelo Edital nº 1 – PCDF – Agente, de 30 de junho de 2020, sob a alegação de ter sido eliminado indevidamente nas fases de avaliação biopsicossocial e de avaliação médica.

18. Nos termos da representação, na fase de avaliação biopsicossocial, o CEBRASPE, ao não habilitá-lo a concorrer às vagas destinadas a candidatos com deficiência, teria deixado de observar a sua deficiência visual em face da legislação distrital aplicada ao caso (alínea ‘b’ do inciso III do artigo 5º da Lei Distrital nº 4.317/2009), mencionada no item 5.1.2 do Edital do certame.

19. Na fase de avaliação médica, por sua vez, a falha teria consistido na análise equivocada dos exames médicos, ao concluir pela inaptidão do Recorrente para o exercício das atribuições do cargo público de Agente de Polícia por ser portador de cardiopatia.

20. Assim, defendendo a sua participação no certame na categoria de pessoa com deficiência – PCD e aduzindo que sua eliminação na avaliação médica teria decorrido de conclusão equivocada sobre o exame cardiológico, requereu a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

juntada da representação ao Processo nº 00600-00009569/2022-86-e<sup>1</sup>, alegando tratar-se do mesmo objeto e mesma causa de pedir, bem como a extensão dos efeitos da medida cautelar concedida naqueles autos de modo a garantir a sua participação nas etapas seguintes do Concurso Público.

21. Consoante a Decisão nº 1940/2023, o Tribunal, nos termos do Voto do Revisor, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, considerou improcedente a representação, por não restarem demonstradas as irregularidades aduzidas na inicial, e revogou a cautelar concedida nos autos.

22. No recurso em análise, o Recorrente, inicialmente, requereu fosse restabelecida a medida cautelar deferida nestes autos ou concedida nova cautelar para mantê-lo no certame até o julgamento definitivo do presente recurso. Este pedido restou acolhido haja vista que, nos termos da Decisão nº 2633/2023, o Tribunal, ao conhecer do recurso, restabeleceu os efeitos da medida cautelar deferida na forma da Decisão nº 5183/2022, até o julgamento de mérito da peça recursal ora em exame.

23. No mérito, o Recorrente buscou refutar os fundamentos do Voto do Revisor com o objetivo de reformar a Decisão nº 1940/2023, para que, julgando procedente a representação, o Tribunal ***“determine à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE que adotem todas as medidas cabíveis com vistas a permitir, em definitivo, a continuidade da participação do candidato, ora Recorrente no concurso na condição de Pessoa com Deficiência – PCD, em decorrência da insubsistência dos motivos que levaram à sua não qualificação como PCD e à sua inaptidão para o exercício do cargo pretendido”***.

24. A primeira questão suscitada no recurso diz respeito à avaliação biopsicossocial. Para justificar o provimento do pedido, o Recorrente mencionou, inicialmente, que o CEBRASPE, na avaliação biopsicossocial, não o considerou como candidato portador de deficiência, ignorando os critérios estabelecidos no Edital do Concurso, em particular, o art. 5º da Lei Distrital nº 4.317/2009<sup>2</sup> e o art. 121 da Lei

<sup>1</sup> No Processo nº 00600-00009569/2022-86-e, após conhecer da Representação do Ministério Público que atua junto a esta Corte (Decisão nº 4146/2022 - eDOC 04252DDD-e), o Tribunal concedeu ***“medida cautelar para determinar à PCDF e ao Cebbraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame”*** (Decisão nº 5184/2022 - eDOC 5C0B8968-e).

<sup>2</sup> Art. 5º Para fins de aplicação desta Lei, devem-se considerar as seguintes categorias de deficiência:

(...)

III – deficiência visual:

(...)

b) cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou inferior a 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,5 (cinco décimos) e 0,05 (cinco centésimos) no melhor olho e com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou inferior a 60º (sessenta graus); a ocorrência simultânea de qualquer uma das condições anteriores;

(...)

§ 1º Caracteriza-se também como deficiência a incapacidade conceituada e tipificada pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

Federal nº 13.146/2015<sup>3</sup>.

25. A conclusão de ter sido o Recorrente considerado inapto na avaliação biopsicossocial não se mostra procedente ante os esclarecimentos prestados pelo CEBRASPE nesta fase processual.

26. Segundo consta do Ofício Cebraspe nº 003019/2023 (peça 127), o Recorrente foi submetido, inicialmente, à avaliação biopsicossocial e não foi considerado pessoa com deficiência nos termos do Decreto Federal nº 3.298/1999. Interposto o recurso administrativo cabível, alegando ser pessoa com deficiência nos termos da Lei Distrital nº 4.317/2009, a Banca Revisora manteve sua inaptidão.

27. Todavia, posteriormente, ao reanalisar o caso do Recorrente à luz do art. 5º da Lei Distrital nº 4.317/2009, o CEBRASPE verificou a possibilidade de o candidato ser considerado pessoa com deficiência visual. Submetido o caso à reavaliação, o Recorrente foi considerado pessoa com deficiência de acordo com o laudo oftalmológico apresentado e as disposições da lei distrital mencionada.

28. Com efeito, o candidato teve o seu recurso deferido e foi considerado apto na avaliação biopsicossocial para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Nesse sentido, não há qualquer controvérsia em relação a este ponto do Pedido de Reexame pois a conclusão do CEBRASPE atende às pretensões do Recorrente.

29. A segunda questão tratada no recurso, refere-se à reprovação do Recorrente na avaliação médica em face de problemas cardiológicos e de visão subnormal.

30. Conforme consta do Ofício Cebraspe nº 003019/2023 (peça 127), a fase de exames biométricos e de avaliação médica, de caráter eliminatória, realizada mediante exame físico, análise de testes, de laudos e de exames laboratoriais, objetivou aferir se o candidato, com deficiência ou não, goza de boa saúde para o desempenho das atribuições do cargo e constitui requisito para a matrícula no curso de formação (itens 12.8 e 12.9 do Edital nº 1/2020-PCDF-Agente).

31. Submetido à avaliação, a junta médica do concurso concluiu pela inaptidão do Recorrente por ter apresentado “**i) refluxo valvar tricúspide ao ecocardiograma bidimensional; ii) visão corrigida OD 20/60 e OE 20/50; iii) além de apresentar anel intraestromal em ambos os olhos para ceratocone, o que o condiciona nos subitens 12.7.1, 12.7.3, 12.7.3.1 e 12.10.2, números 9, 19 e 58, do Edital nº 1 – PCDF – AGENTE, de 30 de junho de 2020.**”

32. Apreciado recurso contra o resultado provisório da avaliação médica, a

---

§ 2º Entende-se como deficiência permanente aquela definida em uma das categorias dos incisos deste artigo que se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

§ 3º As categorias e suas definições expressas nos incisos deste artigo não excluem outras decorrentes de normas regulamentadas pelo Poder Executivo do Distrito Federal.

<sup>3</sup> Art. 121. Os direitos, os prazos e as obrigações previstos nesta Lei não excluem os já estabelecidos em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional, e devem ser aplicados em conformidade com as demais normas internas e acordos internacionais vinculantes sobre a matéria.

Parágrafo único. Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

banca examinadora entendeu por manter o resultado, concluindo pela inaptidão do candidato, tendo por consequência a sua eliminação do concurso público.

33. No Ofício Cebraspe nº 003019/2023 (peça 127), o Cebraspe esclareceu que, diante do laudo médico obtido pelo Recorrente em clínica particular, assinado pelo doutor Alexandre Anderson de Souza Munhoz Soares, datado de 17.10.2022, mesmo profissional que compôs a banca médica do concurso, foi emitido novo parecer, cujas conclusões são apresentadas a seguir:

“(…)

**CONCLUSÕES**

° *Destarte, a reanálise crítica dos documentos médicos relativos à avaliação do candidato, diante das informações contidas no Laudo apresentado.*

° *Considerando a avaliação da junta médica, laudos apresentados pelo candidato e a literatura médica atual.*

° *De acordo com o Edital nº 1 – PCDF – AGENTE, de 30 de junho de 2020.*

° *Deve-se levar em consideração os Princípios Constitucionais da Isonomia, Proporcionalidade e Razoabilidade para enquadrar o candidato previstas nos Editais em epígrafe – buscando assim garantir o princípio da isonomia.*

° *A depender da natureza e da intensidade da limitação apresentada pelo pretenso candidato, poderá haver prejuízo/comprometimento das atividades a serem desempenhadas, próprias do cargo, o que impede que possa ser admitido ou aprovado na seleção pública. Parece óbvio que o domínio dos sentidos, das funções motoras e intelectuais pelo candidato é fator que o habilita para o cumprimento das atribuições do cargo.*

° *O CEBRASPE considera parcialmente a alegação do candidato. **DEFERIDO PARCIALMENTE, conforme a seguir:***

○ *Considerando o parecer apresentado e assinado pelo Dr. Alexandre Anderson de Sousa Munhoz Soares em data 17/10/2022. O CEBRASPE considera a alegação do candidato do ponto de vista cardiológico. **DEFERIDO***

○ ***Considerando os documentos médicos relativos à avaliação do candidato, relatório oftalmológico e atestado médico, assinados por Dr. Mario Jampaulo CRM-DF 12406 e Dra. Danielle Couto CRM-DF 17377 em data 02/06/2022. O CEBRASPE não considera a alegação do candidato do ponto de vista oftalmológico. INDEFERIDO.** (Grifou-se).”*

34. Ante a conclusão do parecer destacada no parágrafo anterior, o CEBRASPE esclareceu que o Recorrente teve o seu recurso deferido em relação à



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

avaliação cardiológica. No entanto, permanece eliminado no concurso por apresentar visão corrigida OD 20/60 e OE 20/50, além de ceratocone, de acordo com os exames oftalmológicos realizados.

35. Superadas as questões referentes à avaliação biopsicossocial e à avaliação cardiológica, nota-se que a eliminação do Recorrente no concurso para Agente de Polícia decorreu das limitações constatadas no exame oftalmológico, em especial da sua visão reduzida e da presença de ceratocone.

36. Assim, em que pese o Recorrente tenha ultrapassado a avaliação biopsicossocial, fase essa que visa analisar seu enquadramento como PCD à luz da legislação de regência, não logrou aprovação na avaliação médica, destinada a aferir se o candidato goza de boa saúde para o desempenho das atribuições do cargo.

37. A eliminação na fase de avaliação médica não foi fundada única e exclusivamente na deficiência reconhecida na avaliação biopsicossocial (visão reduzida), mas também na presença de ceratocone, considerada pela banca examinadora como condição incapacitante para a eliminação do candidato no concurso para o cargo de Agente de Polícia.

38. A primeira condição incapacitante (visão reduzida) está elencada no número 9 e a segunda condição incapacitante (ceratocone) no número 19, ambos do subitem 12.10.2 do Edital do Concurso, evidenciando tratar-se de critério objetivo para avaliar as condições de saúde do candidato para o ingresso no cargo pretendido<sup>4</sup>.

39. Destarte, temos que a conclusão do CEBRASPE mostra-se legítima e, não havendo qualquer argumento no recurso capaz de contestar a conclusão acerca do laudo oftalmológico, há de permanecer a conclusão pela inaptidão do Recorrente para o exercício do referido cargo público.

40. Poder-se-ia, ainda, suscitar a possibilidade de extensão ao presente caso dos efeitos da cautelar concedida pelo Tribunal nos autos do **Processo nº 00600-00009569/2022-86-e**, conforme asseverou o Recorrente em fase anterior nestes autos. Contudo, não nos parece tratar do mesmo objeto e da mesma causa de pedir, como foi afirmado no curso do presente processo.

41. Autuado para exame da Representação nº 07/2022-G3P (eDOC 63ACD8B6-e), do Ministério Público que atua junto a este Tribunal de Contas, o **Processo nº 00600-00009569/2022-86-e** tem por escopo apurar possíveis irregularidades na condução do processo seletivo para provimento de cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, consistentes na eliminação precoce de candidatos enquadrados na categoria de pessoas com deficiência - PCD.

42. Na última apreciação do feito, o Tribunal negou provimento ao recurso inominado (e-doc 1F9D413B-e) interposto pelo CEBRASPE e manteve a cautelar

<sup>4</sup> 12.7.3.1 Evidenciadas quaisquer das condições incapacitantes citadas no subitem 12.10.2 deste edital, o candidato será considerado inapto. [...] 12.10.2 São condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam o candidato no concurso público, bem como para a posse no cargo: [...] 9) acuidade visual a seis metros, com avaliação de cada olho separadamente: acuidade visual com a melhor correção, serão aceitos 20/20 (1,0) em ambos os olhos e até 20/20 em um olho e 20/40 (0,5) no outro olho; [...] 19) ceratocone; [...] 58) valvulopatia adquirida, ressalvado o prolapso da válvula mitral com ausência de repercussão funcional;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

concedida pela Decisão nº 5184/2022 (e-doc 5C0B8968-e), lavrada nos seguintes termos:

*“(...) III – deferir medida cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame; (...)”*

43. No Voto condutor da Decisão nº 3258/2023 (e-doc FFAB3ADF-e), que negou provimento ao Recurso Inominado interposto pelo CEBRASPE, extraem-se os fundamentos para a manutenção da medida de urgência:

*“(...)”*

*18. De início, observo que o Recorrente busca reformular o inciso III da Decisão n.º 5.184/22-CMA, por meio do qual esta Corte determinou, **em sede de medida cautelar**, que a Polícia Civil do Distrito Federal e o Cebraspe, - nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, reintegrassem todos os candidatos habilitados para concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial, mas que foram desclassificados na avaliação médica devido à mesma deficiência que lhes conferiu essa condição.*

*19. Na essência, questiona-se o ponto fulcral da Representação interposta pelo Parquet especializado, cujo mérito ainda está pendente de apreciação devido à falta de esclarecimentos demandados à Polícia Civil do Distrito Federal, por meio da Decisão n.º 4.146/22-CMA (e-doc 04252DDD-e), reiterada pela Decisão n.º 5.184/22-CMA (e-doc 5C0B8968-e).*

*20. Nesta senda, no tocante aos requisitos ensejadores da medida cautelar guerreada em sede de Recurso Inominado, constato que o *fumus boni iuris* que a ensejou ainda persiste. A aparente irregularidade, apontada pelo Ministério Público de Contas, em relação à eliminação de candidatos durante a etapa de avaliação médica, com base em sua condição física, que lhes permite concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD), - tema central da Representação n.º 07/2022-G3P -, somente será analisada quando do julgamento de mérito da exordial.*

*“(...)”*

44. Nota-se, a partir do trecho do Voto destacado no parágrafo anterior, que





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

a cautelar assegura a reintegração dos candidatos que foram desclassificados na avaliação médica pela mesma limitação que os garantiu concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência. O fundamento para a concessão da medida foi a eliminação dos candidatos na avaliação médica fundada exclusivamente nas condições reconhecidas pela banca examinadora na avaliação biopsicossocial que lhes permitiu concorrer às vagas reservadas. Esta, contudo, não é a hipótese tratada no presente feito.

45. No presente caso, o Recorrente foi considerado inapto na avaliação médica em razão de dois fatores (visão corrigida e ceratocone), ao passo que na avaliação biopsicossocial sua condição de pessoa com deficiência resultou de apenas uma dessas causas (visão corrigida). Desse modo, entendemos que a cautelar concedida pela Decisão nº 5184/2022 (e-doc 5C0B8968-e), nos autos do **Processo nº 00600-00009569/2022-86-e**, a princípio, não alcança o caso concreto tratado nestes autos.

46. O Recorrente, em seu recurso, traz, ainda, fatos novos para fundamentar o pedido formulado na inicial destes autos: aprovação em todas as etapas do concurso em destaque e em concurso público para cargo análogo de outro ente da federação.

47. A aprovação do Recorrente em todas as demais fases do concurso para o cargo de Agente de Polícia do DF, após garantida a sua reintegração por força da cautelar concedida nestes autos, não tem o condão de suprir eventual reprovação em fase anterior, no caso, a fase de avaliação médica. Em que pese o empenho do Recorrente e o êxito nas fases seguintes, a constatação de inaptidão na avaliação médica, lamentavelmente, é suficiente para manter a sua desclassificação no concurso.

48. Relativamente à afirmação de ter sido aprovado em concurso público para cargo de Agente de Polícia da Polícia da Polícia Civil do Estado de Goiás na condição de pessoa com deficiência e não ter sido diagnosticado com nenhuma condição incapacitante, não é possível vislumbrar como este fato poderia alterar a conclusão obtida pelo CEBRASPE.

49. Em verdade, este não pode ser um motivo suficiente o bastante para atestar a capacidade do Recorrente para o desempenho das atribuições típicas do cargo e afastar a sua desclassificação no concurso público promovido pelo Distrito Federal, sobretudo diante dos critérios objetivos considerados pela banca examinadora, a partir da análise dos exames médicos e com base nas regras definidas no Edital do Concurso da Polícia Civil do DF.

50. Ademais, apesar de se tratar de concursos para cargos análogos, há nuances que os distinguem e as normas que regem os concursos não são exatamente as mesmas, assim como não é a mesma a banca examinadora, podendo haver critérios de avaliação mais ou menos rigorosos, a depender do órgão realizador do concurso.

51. Pelo exposto, concluímos pelo desprovimento do Pedido de Reexame formulado contra os itens II e III da Decisão nº 1940/2023, tornando sem efeito a medida cautelar deferida na forma da Decisão nº 5183/2022.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

#### **IV – SUGESTÕES**

52. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:
- I. tomar conhecimento:
    - a. da Informação nº 161/2023 – NUREC;
    - b. das contrarrazões recursais da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF (Peça nº 131) em atenção à Decisão nº 2633/2023 (peça 120);
  - II. negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Pedro Henrique Duarte Medeiros de Brito (peça 103) em face da Decisão nº 1940/2023, tornando sem efeito a cautelar deferida na forma da Decisão nº 5183/2022;
  - III. autorizar:
    - a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida ao Recorrente e à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF;
    - b) o envio de cópia dessa deliberação ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
    - a) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, para as providências pertinentes.

À consideração superior.

**Assinatura Eletrônica**  
Sérgio Araújo de Amorim Lopes  
Auditor de Controle Externo